

Apresentação

Esta edição especial da Revista NERA dedicou-se a uma das políticas públicas de maior impacto no sistema alimentar brasileiro e que, por isso, tornou uma referência internacional na criação dos mercados institucionais para diminuir a fome e ao mesmo tempo contribuir para a implementação da proposta alternativa de soberania alimentar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Lançado no ano de 2003 como parte das ações do Programa Fome Zero (PFZ), do Governo Federal brasileiro, o PAA tem viabilizado a produção camponesa e a comercialização dos seus produtos através das compras governamentais. Parte dos alimentos adquiridos pelo Governo Federal é doada para instituições que trabalham com pessoas em condição de vulnerabilidade social, ou seja, tal política pública cria um elo entre os pequenos produtores e os consumidores de baixa renda.

Dentre os diversos temas que o(a) leitora(a) encontrará nos dez artigos que compõem esta edição número 26 da Revista NERA destacam-se, por exemplo: a abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural, a articulação do campo e da cidade nos mercados institucionais para a agricultura camponesa, a inserção das comunidades indígenas e quilombolas nestes mercados, além da apresentação das trajetórias de implementação do PAA em diferentes territórios camponeses. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por também constituir uma forma de comercialização direta dos produtos da agricultura camponesa, está no foco de alguns dos autores. O olhar crítico é uma característica da qual compartilham os pesquisadores que expõem suas análises sobre o desenvolvimento destas políticas públicas em diferentes regiões do Brasil, bem como nas experiências de cooperação internacional apresentadas em Moçambique e na Colômbia. Esse olhar procura dar conta do processo de implementação do PAA, desde os limites e desafios dos atores envolvidos, passando pelas possibilidades da recriação da condição camponesa na escala local até os questionamentos sobre o caráter compensatório ou emancipatório desta política pública.

Abrimos a discussão com o artigo de Rozane Maria Triches e Catia Grisa, quem apresentam uma análise do PAA e do PNAE a partir da tese do economista Albert Hirschman sobre a Retórica da Intransigência. Inicialmente, as autoras mostram as origens, trajetórias e limites do PAA e do PNAE. A tese de Hirschman serve para analisar como os opositores se utilizam de retóricas perversas, de ameaça e futilidade para se contrapor aos processos de mudança. A análise parte de pesquisas realizadas por elas, dados secundários e notícias veiculadas pela mídia sobre essas políticas públicas. Entre as principais considerações do estudo, consta a necessidade de fazer valer a finalidade da política pública e de ajustá-la aos contextos locais.

Como parte das contribuições internacionais, o artigo de Elizabeth Alice Clements, “Abordando a pobreza no meio rural e a insegurança alimentar através da compra de alimentos locais e dos programas de merenda escolar: PAA África, PRONAE e a criação de mercados institucionais em Moçambique”, faz referência a um dos projetos-piloto que desde o 2012, com o apoio do governo brasileiro, estão sendo implementados em cinco países africanos, entre eles Moçambique, na iniciativa denominada *PAA África*. Com base em entrevistas e no trabalho de campo realizado em Moçambique, na província de Tete, a autora examina o processo de implementação do programa e a sua relação com os projetos-piloto do Programa Nacional da

Alimentação Escolar (PRONAE). A autora defende que a criação de mercados institucionais em Moçambique, através destes programas, tem um importante potencial para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar, ao mesmo tempo que promove um desenvolvimento rural endógeno e sustentável.

Um exemplo do desdobramento do PAA na América Latina é trazido por Hellen Charlot Cristancho Garrido no artigo intitulado “Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano”. A autora parte de uma reflexão sobre o contexto contemporâneo da relação campo-cidade, trazendo uma síntese da experiência do programa no Brasil, sua abrangência e limitações como articulador dos territórios urbanos e rurais e como política articuladora dos setores populares do campo e da cidade. A proposta de abordagem territorial da segurança alimentar está pautada nos aportes teóricos da Geografia na compreensão do processo alimentar. As considerações para o caso colombiano apresentam as estratégias de fomento à agricultura familiar baseadas na experiência do PAA.

No quarto artigo, Ângela Maria Martins Peixoto e Adriano Rodrigues de Oliveira, oferecem um análise do PAA como uma política pública de desenvolvimento rural que incorpora a abordagem territorial, diferenciando-a das políticas públicas setoriais implementadas no espaço rural brasileiro no século XX. Com base em uma análise da implementação do PAA em Ipameri - GO, os autores demonstram que o PAA traz resultados significativos na produção de alimentos, na comercialização da produção camponesa e na segurança alimentar.

Arthur Boscariol da Silva e Nelson Rodrigo Pedon, no artigo intitulado “Reprodução do campesinato através de Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP”, analisam o programa como uma forma de comercialização direta, que incorpora duas diretrizes do Governo Federal: o fortalecimento da agricultura familiar, numa perspectiva territorial, enfocando a escala local, e a alimentação escolar. Segundo os autores, no município de Ourinhos, o programa vem alcançando importantes resultados para a agricultura camponesa, mesmo considerando que parte considerável dos alimentos é adquirida de produtores de outras regiões.

Carine Andrade Teixeira e Luiz Antonio Cabello Norder, com o artigo intitulado “A Participação Indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)” oferecem um panorama sobre a inserção indígena no PAA, com base nas informações oficiais dos órgãos gestores e executor do programa e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo assinala a importância da elaboração de diferentes estratégias locais para promover a inserção indígena no PAA, no entanto sua participação é reduzida nas regiões Sul e Sudeste, enquanto existe uma expressiva participação em alguns municípios, especialmente na região Norte.

Por sua vez, no artigo “Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos”, Cristiane Coradin e Renato Santos de Souza analisam o que consideram os principais constrangimentos burocráticos vivenciados pelos quilombolas para ter acesso ao PAA, em especial no que diz respeito às ações sociais ou de intervenção realizadas pelos mediadores técnicos e sociopolíticos na execução do programa. Segundo os autores, os resultados obtidos indicam que a “assimilação do padrão burocrático pelos quilombolas tem ocorrido pela

sua sobreposição a padrões culturais do grupo, sustentadas pelas mediações sociais estabelecidas nesse bojo”.

Sidney Cássio Todescato Leal, no seu artigo “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP” tem como objetivo apreender os desdobramentos do Programa, com foco na subordinação dos camponeses e nas dificuldades enfrentadas para o atendimento do Programa, destacando a importância da produção de alimentos para a classe trabalhadora.

Estevan Leopoldo de Freitas Coca, no artigo “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu - PR”, argumenta que essa política pública tem tido um papel emancipatório para o campesinato, haja vista que tem contribuído para diminuir sua condição de subalternidade em relação ao agronegócio.

Por fim, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha e Monica Schiavinatto, discutem a soberania alimentar como estratégia de luta em defesa de um modelo de desenvolvimento territorial camponês para o campo. No seu artigo “Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, as autoras discutem a soberania alimentar como um projeto dos movimentos sociais na busca pelo desenvolvimento dos territórios camponeses e que se amplia à toda sociedade. São apresentados os resultados parciais da pesquisa feita em 36 comunidades camponesas, que permitem concluir que o PAA vem possibilitando maior autonomia à agricultura camponesa.

Enfim, esperamos que essa edição possibilite a discussão e o debate sobre as políticas públicas voltadas ao campo e seus rebatimentos no sistema alimentar do Brasil e no mundo. Aproveitamos a oportunidade para convidar os(as) interessados(as) em submeter seus textos em números futuros, de forma a contribuir com reflexões e experiências que permitam pensar as perspectivas do campesinato em contraposição ao modelo do latifúndio/agronegócio.

Fecundas e boas leituras!

Hellen Charlot Cristancho Garrido
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
(Editores dessa Edição Especial da Revista NERA)